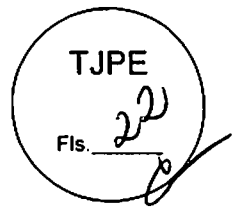




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL 188-91.2013.8.17.0000 (291423-8/01)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO
AGRAVADA: CONSTRUTORA MUNIZ COELHO IND. COM. LTDA EPP.

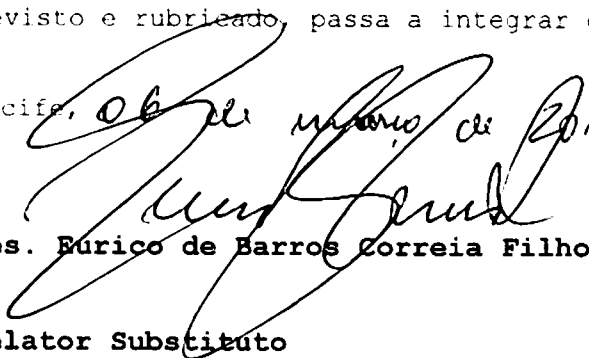
EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE AGRAVO LEGAL PREJUDICADO.

- O julgamento do Agravo de Instrumento prejudica o Agravo Legal interposto contra a decisão do Relator.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **JULGAR PREJUDICADO** o Agravo Regimental, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

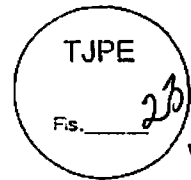
Recife, 06 de março de 2013.


Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 0023182-50.2012.8.17.0000 (291423-8)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: CELPE - COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO
AGRAVADA: CONSTRUTORA MUNIZ COELHO IND. COM. LTDA EPP.

V O T O

Mantendo a mesma linha de pensamento adotada na apreciação do pedido de atribuição de efeito suspensivo, entendo não existir elementos para julgar de modo diverso. Desta forma, adoto os fundamentos expendidos naquela decisão interlocutória, para incorporá-los à minha razão de decidir adiante exposta.

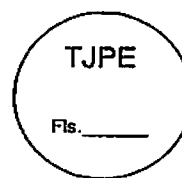
Em suma, a Agravante pretende ser eximida da responsabilidade de ampliar a tensão da rede elétrica da Agravada (de 45 para 300KVA), mesmo após esta ampliação ter sido devidamente aprovada por ela e adimplido o valor do serviço pela Agravada.

Ocorre que o argumento trazido pela Agravante é insuficiente à imposição de obrigação de não fazer à concessionária de serviços públicos, mormente pelo fato desta fundamentar a impossibilidade de efetivar o projeto de ampliação na inviabilidade técnica de sua execução, sem anexar, contudo, qualquer prova capaz de comprová-la.

Lado outro, em face da ausência de provas contundentes, não se pode afirmar ao certo se a tensão da rede da Agravada não pôde ser ampliada por questões técnicas, ou se por falta de iniciativa da Agravante em ultrapassar essas limitações utilizando os recursos disponíveis para tanto.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Estadual J. F. Pereira de Moraes

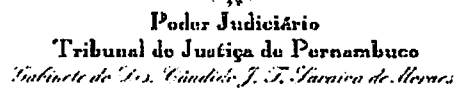


No caso do presente recurso, as provas colacionadas se limitam às mesmas produzidas no primeiro grau de jurisdição. Nesse contexto, reitero o mesmo entendimento por mim exposto na decisão interlocutória (fls. 131), por não haver nos autos prova capaz de confirmar o efetivo dano da ampliação da tensão na rede ofertada à empresa Agravante.

Com efeito, repiso que a decisão agravada não é susceptível de causar qualquer prejuízo à Agravante, pois inexistente efetiva comprovação da incompatibilidade entre a ampliação da tensão da rede de transmissão e as atividades desenvolvidas pela Agravada.

No mais, o temor da Agravante não aparenta se referir ao risco de deterioração de suas instalações, ou eventuais apagões incomprovados, e nem aos danos eventualmente causados aos transeuntes por descargas elétricas de grande intensidade, os quais ensejariam, no futuro, a sua posterior responsabilização, e, sim, ao fato de ter de dar início à obra para ampliar a tensão requerida. Ao que tudo indica, nesta etapa de cognição, a Agravante se nega a prestar o serviço, previamente autorizado e já pago, de ampliação da tensão da rede ofertada à Agravada, sem apresentar provas que elidam a ilicitude da sua decisão.

Ressalto, que a não suspensão da decisão vergastada não impede, contudo, a atenta observação por parte da Agravada de ações preventivas quanto ao uso de explosivos e o transporte de material feito com caminhões próximos à Linha de transmissão da rede elétrica em comento, em observância ao laudo colacionado ao presente recurso (fls. 28). A empresa deve adotar todas as cautelas necessárias para evitar possíveis acidentes, devendo, inclusive, contratar um técnico responsável para tanto.



Figs

Nesta esteira de entendimento, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso, ratificando a decisão interlocutória (fls. 131/133) que denegou o efeito suspensivo, destacando ter **restado prejudicado o Agravo Regimental em apenso (291423-8/01)**.

Recipe

Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relator Substituto